PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

SEPLAN

21 de outubro de 2015

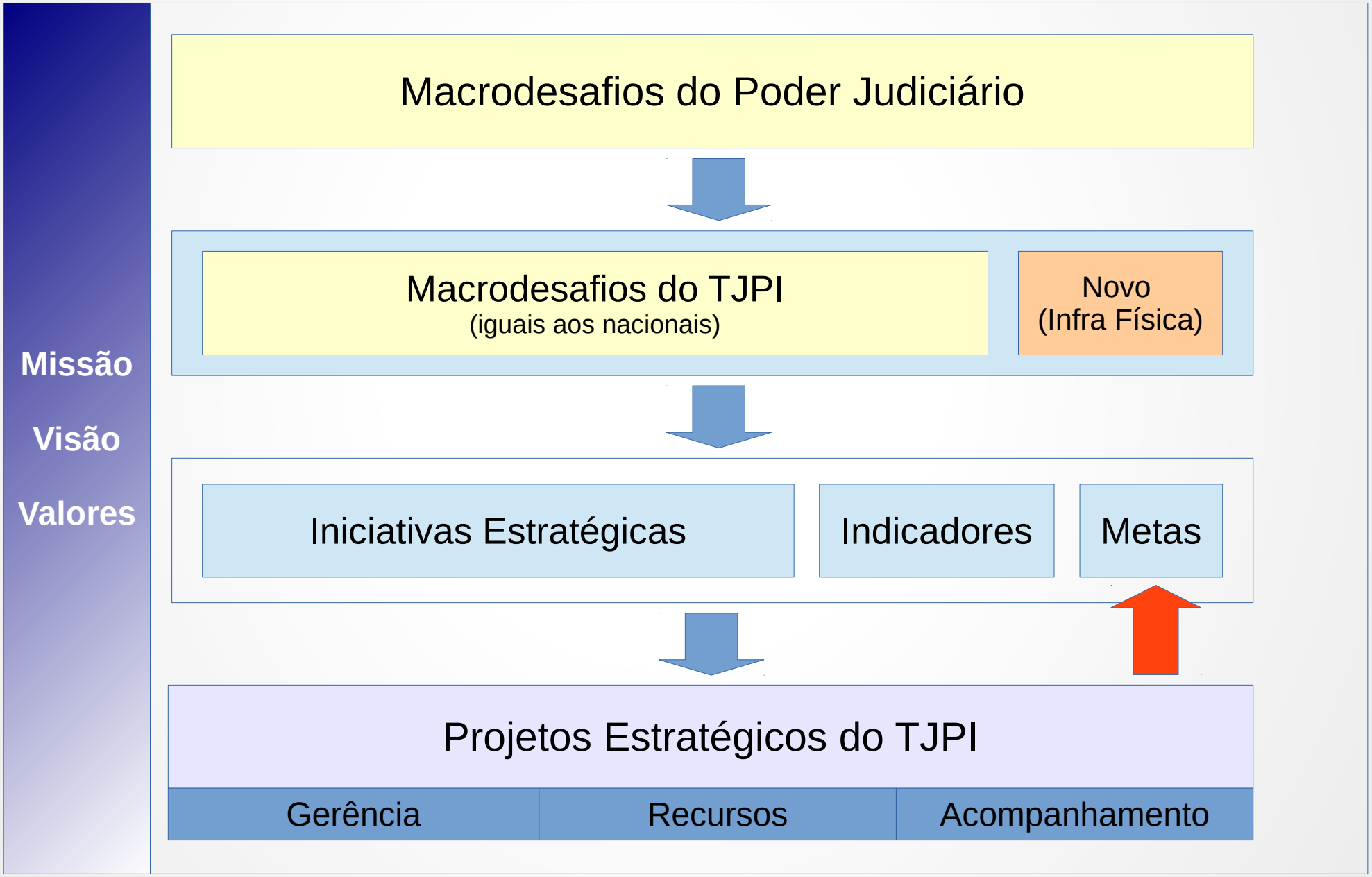
Objetivos desta Reunião

- **Primeiro Momento**
  - Apresentação do trabalho de revisão da estratégia;
  - Apresentação dos projetos estratégicos, indicadores e metas;
  - Priorização de Projetos para 2016;
  - Apresentação da ferramenta de acompanhamento da estratégia (Portal da Estratégia)
- **Segundo Momento**
  - TJPI em números;
- **Deliberações**

Estratégia TJPI

(2015-2020)

Arquitetura da Estratégia 2015-2020



Revisão da estratégia do TJPI (Histórico)

- **ETAPA 1:**
  - Elaboração do Mapa Estratégico
  - Definição dos Gestores dos Macrodesafios
  - Definição de Missão, Visão, Valores, Indicadores e Iniciativas (I Encontro de Revisão da Estratégia do TJPI)
  - Redação do documento de revisão da estratégia 2015-2020
  - Aprovação no Pleno (Resolução 04 de 23 de março de 2015)

  OK

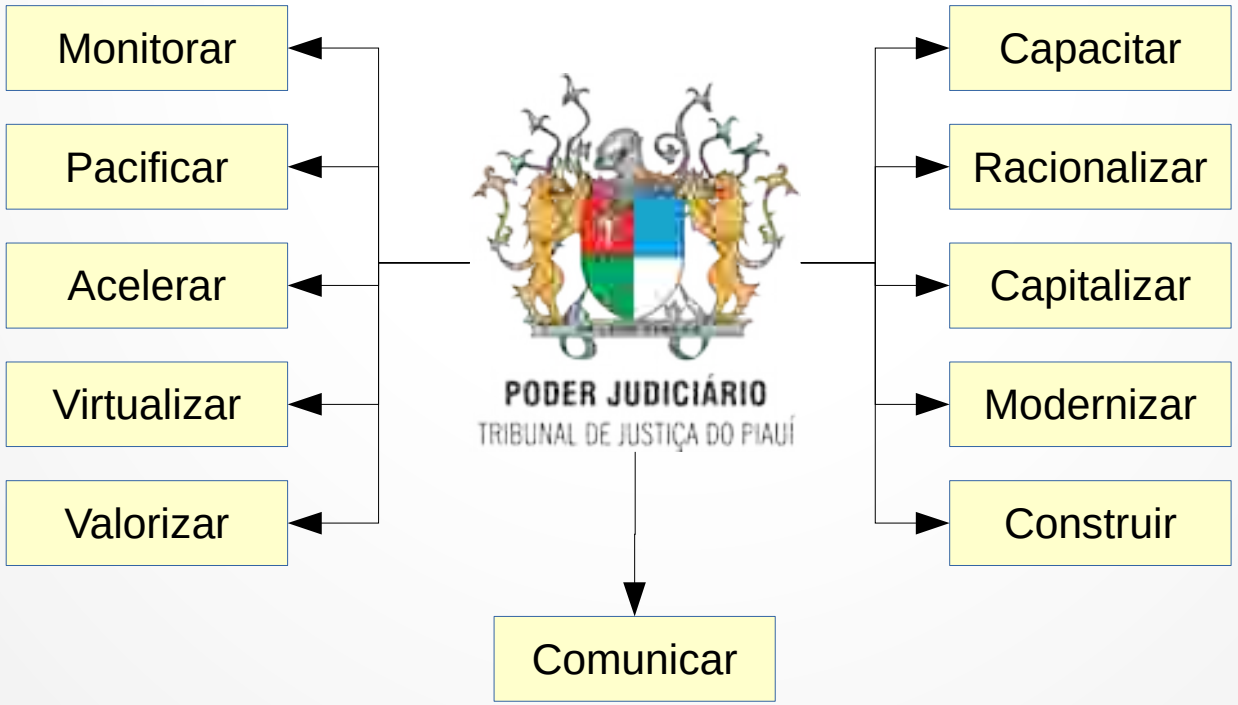
- **ETAPA 2:**
  - Levantamento dos projetos estratégicos alinhados às iniciativas levantadas **OK**
  - Revisão dos indicadores e definição de Metas e suas linhas base **OK**
  - Construção do PETIC alinhado à estratégia **OK**
  - Aprovação junto ao Comitê Gestor da Estratégia
  - Aprovação no Pleno

Indicadores e Metas

- Alguns indicadores foram removidos ou modificados por serem imensuráveis no contexto atual;
- A determinação da leitura inicial (linha base) considerou dados do Justiça em Números e consultas ao banco de dados do primeiro grau;
- Algumas metas foram determinadas considerando leituras de outros tribunais e médias nacionais do Justiça em Números;
- As metas podem sofrer ajustes se, durante a execução do plano, percebermos que foram mal dimensionadas;

Projetos Estratégicos

- O levantamento dos Projetos Estratégicos ocorreu com a participação dos gestores dos macrodesafios;
- Muitas sugestões foram filtradas ou por não caracterizarem projetos ou por não serem realmente estratégicas;
- Os projetos foram agrupados em 11 programas institucionais:



Priorização de Macrodesafios (CNJ)

RESUMO DA PRIORIZAÇÃO PROPOSTA PARA OS MACRODESAFIOS*						
MACRODESAFIOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Garantia dos direitos da cidadania						
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional						
Combate à corrupção e improbidade administrativa						
Adoção de soluções alternativas de conflito						
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes						
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas						
Aprimoramento da gestão da justiça criminal						
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral						
Melhoria da gestão de pessoas						
Aperfeiçoamento da gestão de custos						
Instituição da governança judiciária						
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC						

* Para formulação deste resumo foi considerado o ano em que a maioria dos segmentos propuseram o início da priorização do macrodesafio.

Matriz de Alinhamento (Macrodesafios X Programas)

Macrodesafio	Programa Estratégico										
	Monitorar	Pacificar	Acelerar	Virtualizar	Valorizar	Capacitar	Racionalizar	Capitalizar	Modernizar	Construir	Comunicar
Garantia dos direitos de cidadania	X	X		X			X		X	X	X
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	X			X							
Adoção de soluções alternativas de conflito		X								X	
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes			X	X							
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas				X			X				
Aprimoramento da gestão da justiça criminal	X			X							
Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	X	X	X	X	X	X	X		X	X	
Melhoria da Gestão de Pessoas				X	X		X			X	X
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos							X	X			
Instituição da Governança Judiciária	X					X	X				X
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC				X					X		
Garantia de infraestrutura física suficiente para execução das atividades administrativas e judiciais		X				X		X		X	

Sugestão de Priorização para 2016

Programa “Monitorar”

- Criação do TJPI em Números; (I)

Programa “Pacificar”

- Implantação de um Centro Judiciário em Parnaíba, Floriano ou Picos;

Programa “Acelerar”

- Implantação do e-Carta; (I)
- Implantação do NURER (I)

Programa “Virtualizar”

- Implantação de Processos Virtuais Judiciais (PJ-e);
- Implantação de Processos Virtuais Administrativos; (I)

Sugestão de Priorização para 2016

Programa “Valorizar”

- Implantação do Controle de Produtividade; (I)

Programa “Capacitar”

- Execução do plano de capacitação com foco em:
  - Metas Nacionais, Justiça em Números, Conciliação e Mediação,Treinamentos especializados para TI, Processo Judicial Eletrônico (Outros?)

Programa “Racionalizar”

- Implantação do Núcleo Socioambiental (resolução 201 do CNJ); (I)
- Mapeamento e melhoria das rotinas de trabalho (Compras, Almoxarifado e Patrimônio);

Sugestão de Priorização para 2016

Programa “Capitalizar”

- Implantação do Selo Digital; (I)

Programa “Modernizar”

- Melhoria dos Controles administrativos informatizados (Recursos Humanos, Patrimônio e Almoxarifado);
- Ampliar e atualizar o parque tecnológico do TJPI (datacenter);

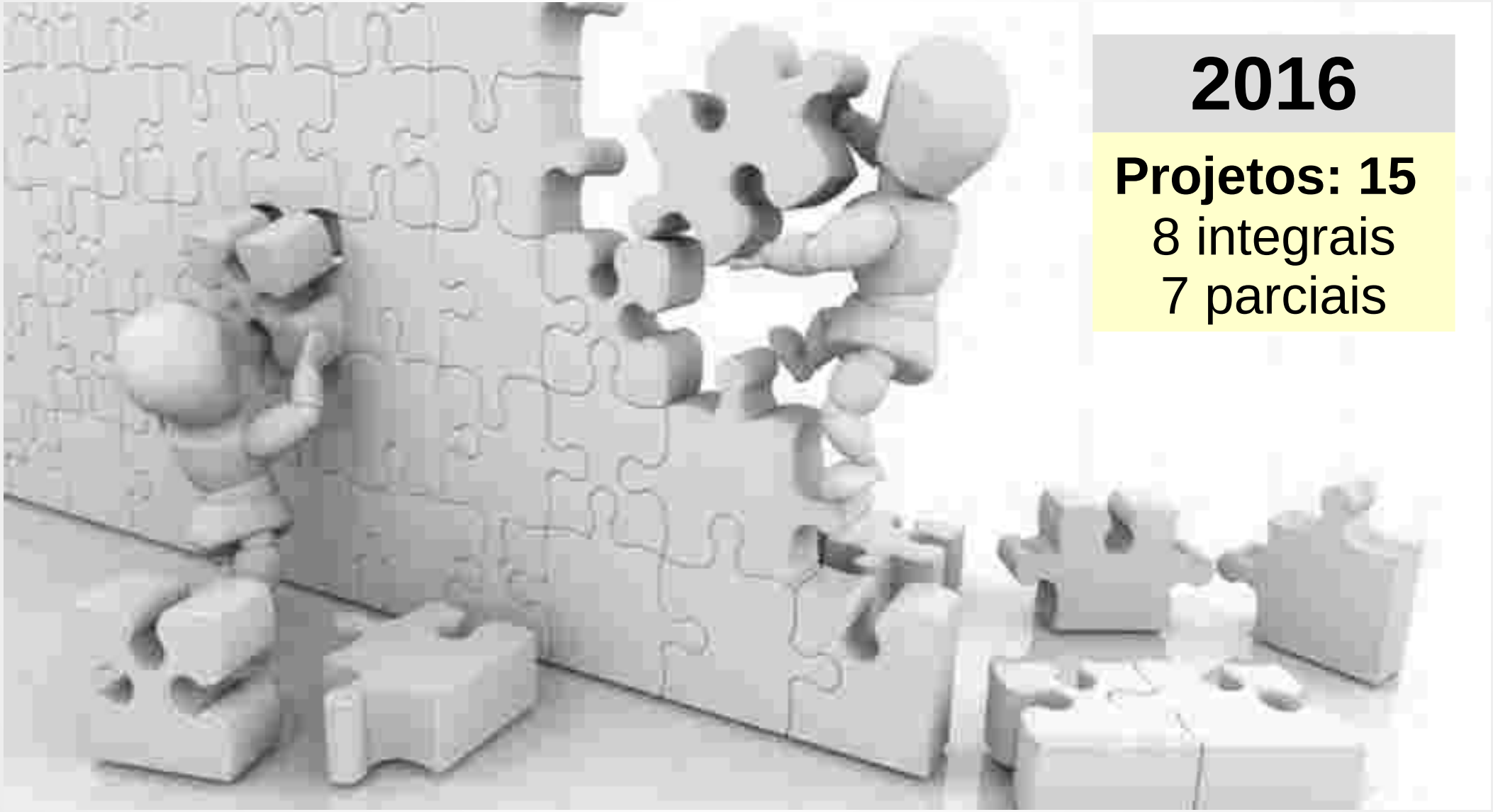
Programa “Construir”

- Execução do Plano de Obras para 2016 (reavaliar o plano?) (I)

Programa “Comunicar”

- Elaboração e implantação do Plano de Comunicação Institucional (apenas estratégia e sociedade)

Projetos para 2016 (Sugestão)



2016

Projetos: 15
8 integrais
7 parciais

Acompanhamento da Execução da Estratégia

TJPI em Números

Projeto TJPI em Números

- Metas Nacionais
- Justiça em Números (incorpora o Justiça Aberta em 2016)

Metas Nacionais

Metas Nacionais - Definição

Meta	Título	Descrição	P
1	Julgar mais processos que os distribuídos	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	6
2	Julgar processos mais antigos	Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais	15
3 *	Aumentar os casos solucionados por conciliação	Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos Estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.	3
4	Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa	Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012;	30
6	Priorizar o julgamento das ações coletivas	Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;	6
7 *	Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos	Nos Tribunais de Justiça Estaduais, gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	17

Metas Nacionais – Leitura Parcial de 2015

Meta	Meta		Ano 2014	Dados parciais (29-09-2015)
1	100,00%		86,03%	87,57%
2	1º Grau	80,00%	65,89%	65,38%
	2º Grau	100,00%	27,33%	4,59%
	JECC e TRCC	100,00%	64,10%	2,92%
4	70,00%		20,70%	39,69%
6	1º Grau	...	33,55%	24,93%
	2º Grau	...	19,18%	16,79%

Justiça
em números

Justiça em Números – Módulos

Módulos	Frequência
Recursos Humanos	Semestral e Anual
Insumos, Dotações e Graus de Utilização	Anual
Acesso a justiça e perfil das demandas	Semestral
Litigiosidade 1º grau	Semestral
Litigiosidade 2º grau	Semestral
Litigiosidade de Turma Recursal	Semestral
Litigiosidade de Juizado Especial	Semestral
Tabelas processuais unificadas de classes e assuntos	Anual
Modulo de Produtividade	Mensal

Exemplo de Parametrização do Justiça em Números

Texto Original do Glossário	Tradução Técnica (TJRJ)
ExeJudCrim1º - Execuções Penais no 1º Grau: Os processos de execução penal iniciados no 1º grau da Justiça no período-base (semestre).	Número total de processos das classes 386 (execução de pena), 1714 (execução provisória) ou 11399 (execução de medida de segurança) que: a) tenha pelo menos um dos assuntos da hierarquia 7791 (pena privativa de liberdade); OU b) tenha pelo menos um dos assuntos da hierarquia 7790 (pena restritiva de direitos) ou 7792 (pena de multa), nesse último caso, se não houver combinação com algum assunto da hierarquia 7791 (pena privativa de liberdade); E c) Tenha tido lançado no período de apuração os movimentos 981 (recebimento) ou 26 (distribuição) (o que ocorrer primeiro).

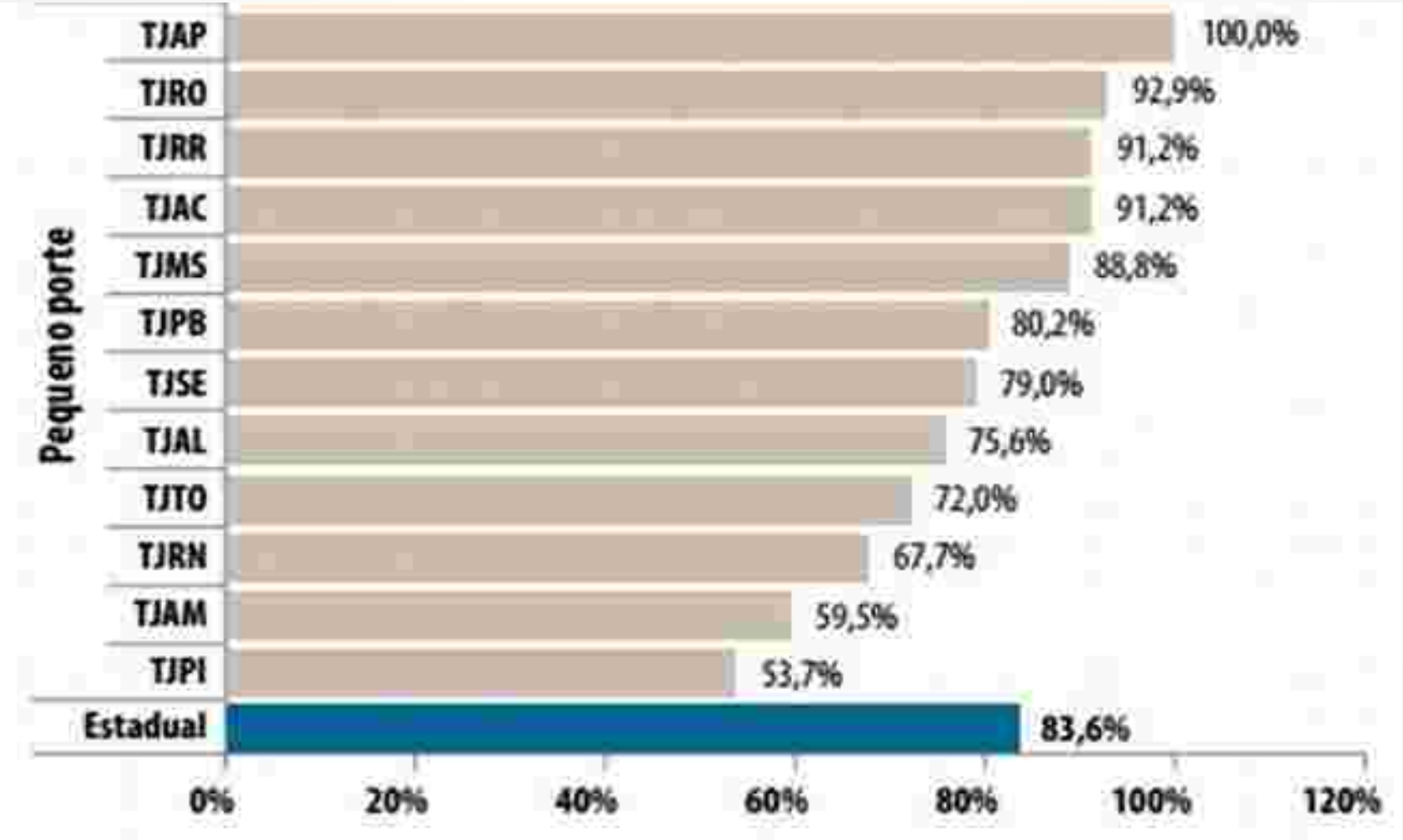
Assim como essa, existem mais de 200 outras perguntas para serem analisadas e “traduzidas”

Índices Importantes

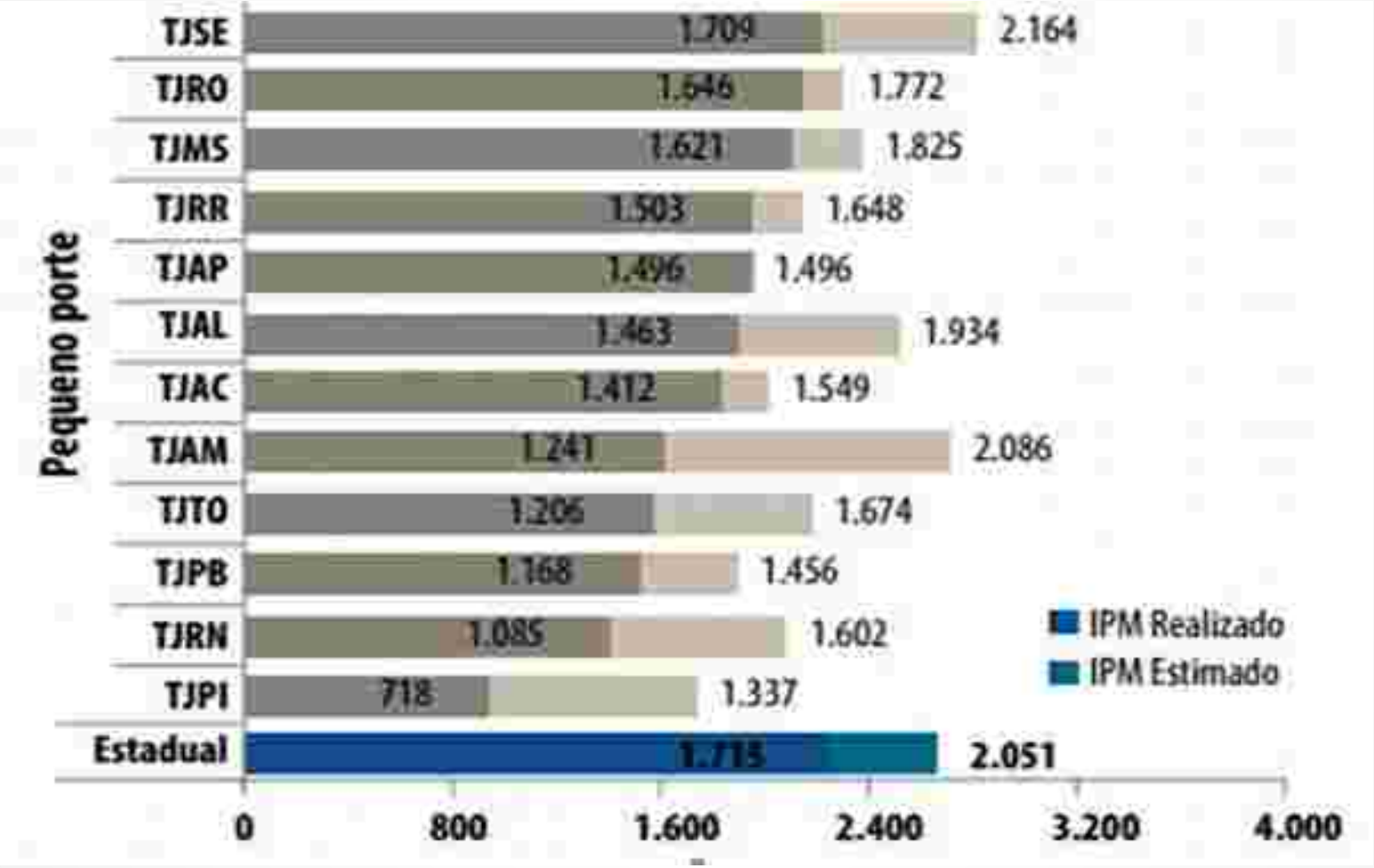
Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)

- Resume os dados recebidos pelo CNJ em uma única medida de modo a refletir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais.
- Permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.
- Agrega informações de litigiosidade, recursos humanos e financeiros;

IPC-Jus do TJPI

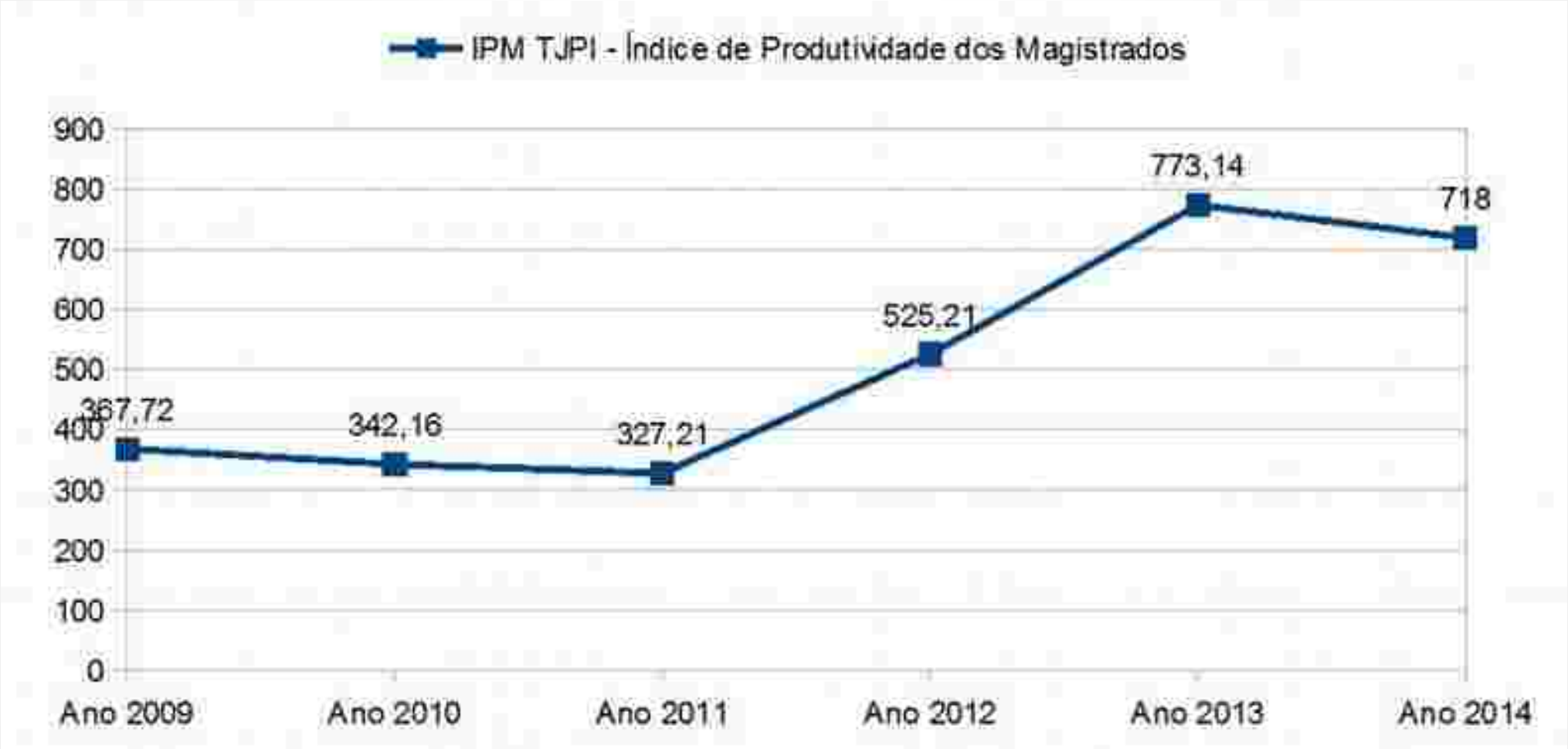


Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM)

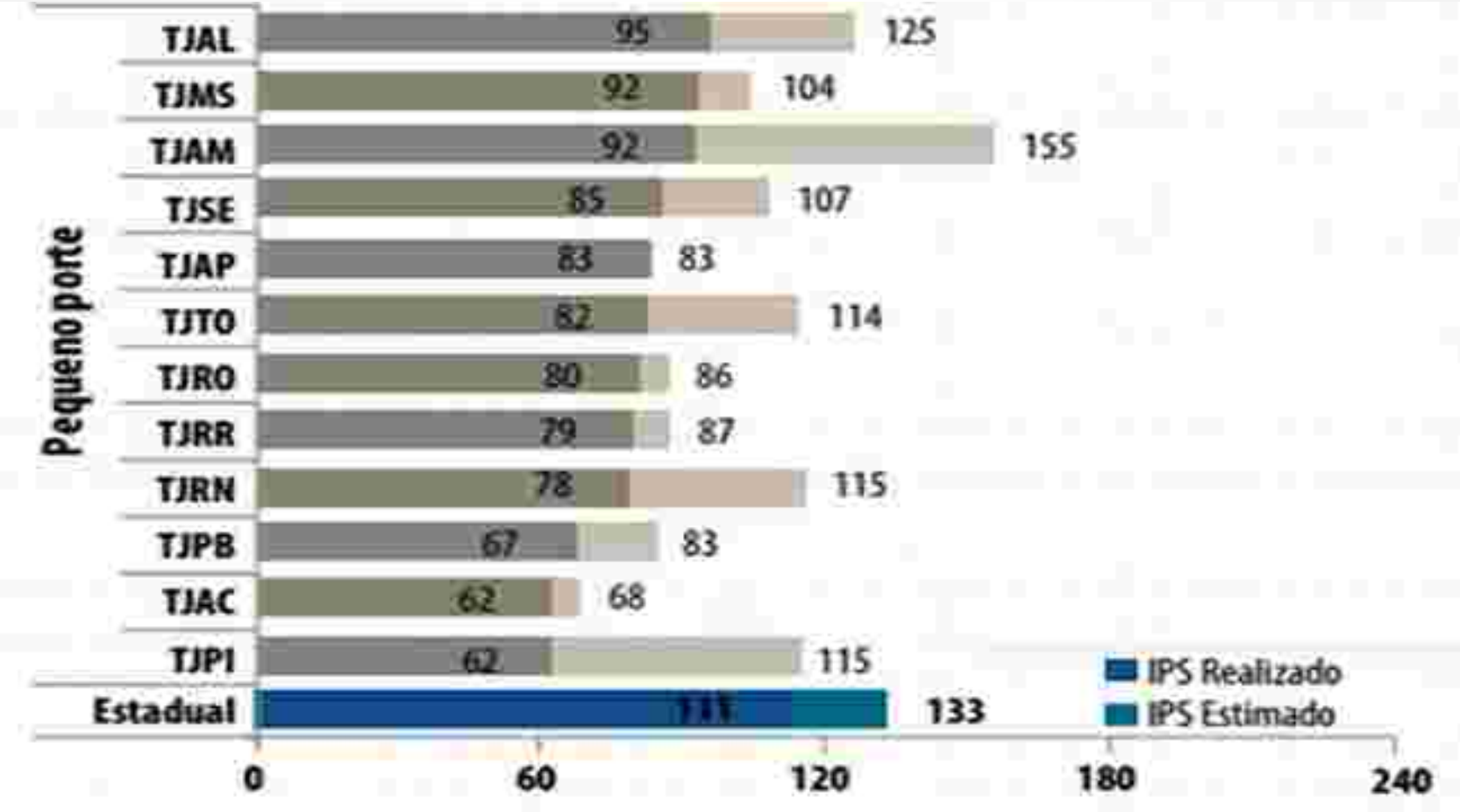


Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) realizado
X
Necessário para que o Tribunal atinja IPC-Jus de 100%

Evolução do IPM



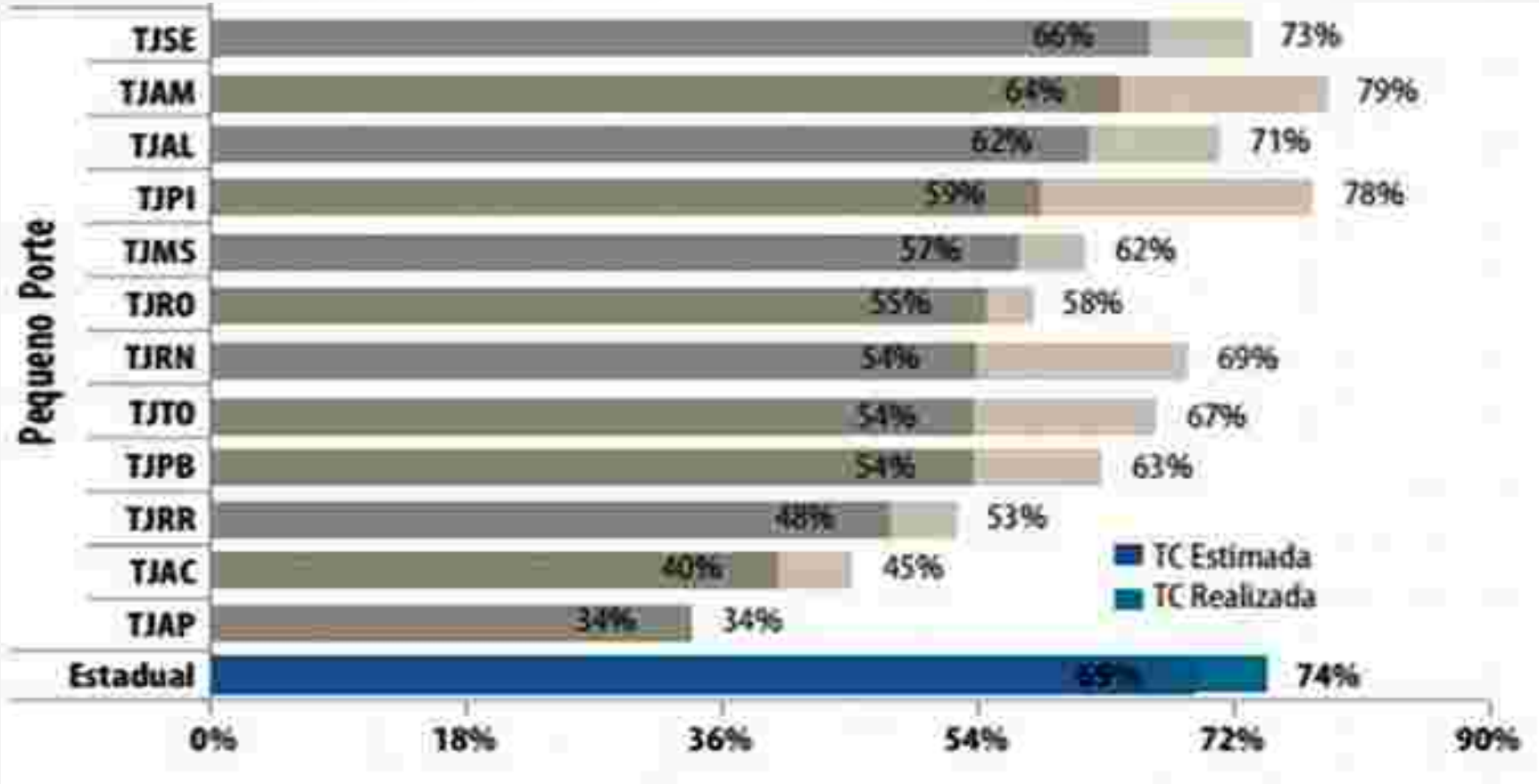
Índice de Produtividade dos Servidores (IPS)



Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) realizado
X
Necessário para que o Tribunal atinja IPC-Jus de 100%

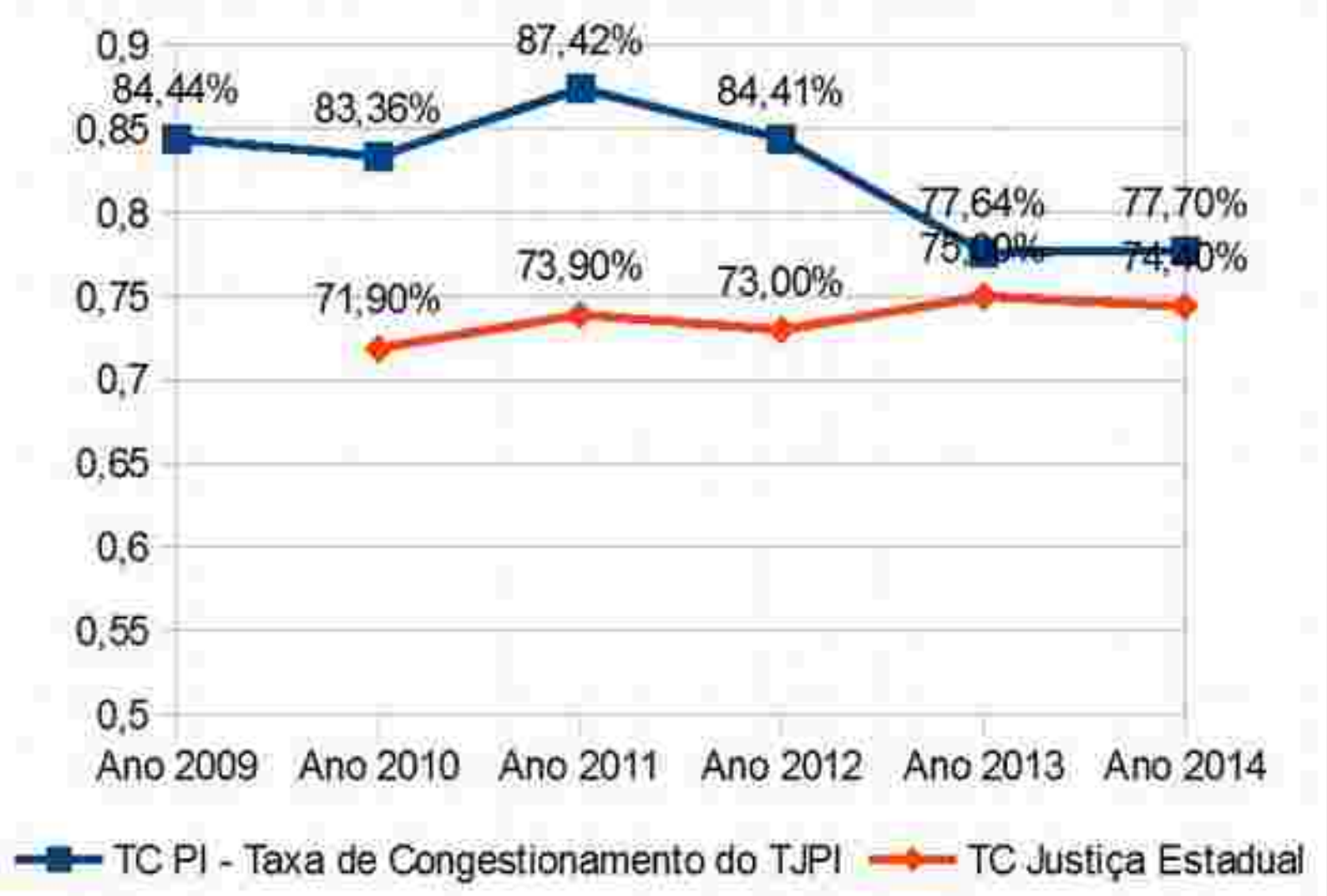
Evolução do IPS

Taxa de Congestionamento (TC)



Taxa de Congestionamento (TC) realizada
X
Resultado se o Tribunal atingisse IPC-Jus de 100%

Evolução da TC



Índice de Desempenho da Justiça (IDJus)

- Coordenado pelo CPJUS (Centro de Pesquisas sobre o Sistema de Justiça Brasileiro)
- Considera três dimensões:
  - Gestão Orçamentária: Despesas e Receitas (25%)
  - Gestão de Recursos: Recursos Humanos e Tecnologia (25%)
  - Gestão de Processos: Litigiosidade e Produtividade (50%)
- Utiliza 20 indicadores
- Em 2013 o IDJus do TJPI foi 33,9 (último colocado)

Custo Médio Processual

Tribunal	Custo em 2014
Amazonas	R$ 3.245,77
Rio Grande do Norte	R$ 2.987,67
Tocantins	R$ 2.850,59
Piauí	R$ 2.734,89
Roraima	R$ 2.674,59
Acre	R$ 2.456,79
Mato Grosso do Sul	R$ 2.039,64
Amapá	R$ 2.000,15
Rondônia	R$ 1.977,24
Paraíba	R$ 1.936,38
Alagoas	R$ 1.916,23
Sergipe	R$ 1.627,65
Média da Justiça Estadual	R$ 1.885,04

R$ 2879,23 em 2013

Cálculo: Despesa Total da Justiça / Total de Processos Baixados

Fonte: Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)